



GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
VII Legislatura

Tratamento de Assuntos Relevantes

– Estação Rádio Naval da Horta –
2004/02/12 – José Decq Mota

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Matérias há que não sendo da competência constitucional e estatutária desta Assembleia, é nossa obrigação ter sobre elas opinião e posição e é nossa obrigação actuar, com a legitimidade que os representantes eleitos têm, no sentido de sobre essas questões serem encontradas soluções justas e adequadas.

Naturalmente que se têm que incluir de entre essas matérias, aquelas que dizem respeito à repercussão da política de Defesa na Região Autónoma dos Açores.

Cabe aos Órgãos de Soberania definir a política de defesa e cabe ao Governo da República providenciar a sua execução. Não pode deixar de caber aos Órgãos da Região Autónoma dos Açores e aos seus membros, incluindo os deputados regionais, terem opinião e defenderem posições sobre as consequências, os actos e as omissões resultantes dessa política de defesa, no que toca a nossa Região e às suas ilhas.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Vem estas considerações a propósito de notícia, já divulgada na Revista da Armada de Novembro de 2003, segundo a qual a Estação Rádio Naval da Horta será desactivada e extinta em 2005.

Perante esta notícia as posições mais simples são as de dizer que “o assunto não é da nossa competência”, ponto final; ou a de dizer que “se vai ser desactivada é porque não é precisa”; ou ainda de dizer “se vai ser desactivada é que há razões técnicas para isso”. Se é verdade que essa é a posição mais fácil,

não é menos verdade que é também, na minha óptica, a posição menos própria para qualquer representante eleito que se preze de exercer com rigor esse mandato de representação.

Foi nesta linha de pensamento que, como Deputado Regional, procurei estudar, com a maior profundidade possível, esta questão, para, sobre ela, poder fazer um juízo seguro.

Apurei assim que está em curso um Programa de Modernização das Estações Radionavais da Marinha de Guerra; que esse Programa reduz a três as ERNs; que essas três ERNs se situam no Continente, na Região Autónoma da Madeira (Porto Santo) e nos Açores. Compilei toda a documentação possível, sobre esse Programa, contactei já há quase três anos o Estado Maior da Armada e conclui que na primeira versão desse Programa a ERN moderna a existir nos Açores seria a da Horta, devidamente actualizada, logo de seguida os documentos oficiais durante vários anos referiam-se, só e apenas, à Estação Rádio Naval dos Açores sem indicar localização e desde Novembro passado referem a nova Estação Rádio Naval dos Açores como localizada em Ponta Delgada.

Depois de recolher informação pedi opiniões e procurei apurar razões. Estabeleci contacto com diversos oficiais da Armada que conhecem o problema ou pertencem a esta área de especialização. Inteirei-me, tanto quanto possível, das características técnicas e das exigências que se colocam à nova rede de comunicações navais. Pedi e obtive opiniões técnicas especializadas. Escrevi, na qualidade de Deputado Regional, ao CEMA em 29/06/2001 e recebi, nessa altura, a resposta de que não havia qualquer decisão definitiva pela parte do Ministério da Defesa.

Apresentei em 2003 as minhas preocupações sobre esta matéria ao Senhor Ministro da República. Vim a público, na imprensa, em 2003, **expressar a minha opinião e que se resume à ideia central de que não há vantagens nem necessidade técnica imperiosa de desactivar a Estação Rádio Naval da Horta e substituí-la por outra totalmente nova.**

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Cabe-me explicar, com clareza as razões porque penso assim e começaria por dizer que só não defenderia a permanência da Estação Rádio Naval dos Açores na Horta se houvesse razões técnico-militares inultrapassáveis que assim o determinasse. Atrevo-me porém a dizer, estribado em opiniões de oficiais generais superiores e, alguns dos quais conhecedores de perto da situação, que essas razões técnicas não existem.

Lembro, inclusivamente, que nos ainda bem próximos anos da década de 90, foi feito um elevadíssimo investimento técnico na Estação Rádio Naval da Horta, investimento esse apropriado à condição que ela hoje tem de segunda Rádio Naval do País e investimento esse também, considerado na altura essencial, como preparatório da modernização mais profunda prevista para depois.

Na opinião de alguns conhecedores da política de defesa em vigor a decisão de abandonar todo o património e todas as condições técnicas existentes na Estação Rádio Naval da Horta prende-se, no essencial, com a filosofia reinante de concentração das estruturas militares ligando-se essa filosofia a considerações orçamentais distorcidas, uma vez que a desactivação daquela que é efectivamente a 2ª Rádio Naval do País, obriga a investimentos imediatos muito mais vultuosos dos que teriam que ser feitos na actualização dela.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Chegados aqui, queria dizer, com toda a energia, que, por muitas razões discordo completamente dessa política de concentração de estruturas militares, desde logo porque ela limita e reduz drasticamente os efeitos e impactos internos, em várias zonas do País e da Região, da necessidade nacional que é a própria existência das Forças Armadas.

Para uma cidade como a Horta e para a sua economia não é indiferente ter ou não ter uma unidade técnico-militar deste tipo. Mesmo que a futura Rádio Naval tenha um efectivo menor do que o da actual Rádio Naval da Horta – essa redução será de 50% - são dezenas de famílias que deixam de viver neste meio.

Mas se isto é válido para esta situação é também válido certamente para outras. Esta modernização com concentração, decidida pelo poder político, custa muitos milhões de contos em infraestruturas que se constróem e em infraestruturas que se abandonam e diminui fortemente os impactos indirectos nas economias locais do Orçamento da Defesa, orçamento esse que nos custa a todos que somos cidadãos deste País.

Mas este respeito gostaria de vos dizer o mesmo, que disse ao Almirante Chefe Estado Maior da Armada em carta que lhe enviei em 2001.

“Não ponho na minha actividade pública nenhuma índole bairrista ou qualquer sentimento estreito de ilha, mas não posso deixar de pensar que a presença de uma unidade militar como a Rádio Naval da Horta, numa cidade de 8.000 habitantes e numa ilha de 15.000 habitantes tem uma enorme importância económica e social para a ilha que represento como deputado.

Não desconheço os problemas orçamentais que o poder político tem colocado às Forças Armadas em geral e à Marinha em particular e considero um erro grave, imputável ao poder político, a progressiva diminuição da presença da Marinha, dos meios navais e das infraestruturas navais na Região Autónoma dos Açores.

Concentrar hoje numa só das cidades e portos dos Açores a quase totalidade das infraestruturas da Marinha no Arquipélago seria, na minha modesta opinião, acentuar os erros que tem sido cometidos em virtude da insuficiência orçamental.

Espero que, no plano político, venha a haver a lucidez suficiente para se perceber que a Marinha tem que ter nos Açores os meios navais, humanos e infraestruturais necessários ao cumprimento das suas missões. Tem que haver a lucidez de se perceber, aqui na Região e nos Órgãos de Soberania, que não há Serviço de Protecção Civil, por muito bom que seja, que possa dispensar nos momentos de crise a colaboração e acção sempre decisiva das Forças Armadas em geral e no caso do Arquipélago dos Açores, da Marinha em especial.”

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Penso que estas opiniões são válidas, quer em relação ao caso que aqui trouxe sobre a RNH, mas que também são válidas para a dramática falta de meios navais e infraestruturas com que a Marinha se debate nos Açores.

Assistimos por estes dias a essa estranha tentativa de desresponsabilização política por parte de membros do Governo da República, quanto às exigências de fiscalização da ZEE.

Não é de estranhar, quando durante 30 anos, quase nada se fez para substituir as Corvetas construídas e concebidas para actuarem nas antigas Colónias – sendo as que sobrevivem os navios que ainda navegam entre as nossas ilhas – que exista a concepção de reduzir, concentrar e ignorar a importância que um ramo militar como a Marinha tem numa Região Insular como a nossa.

Do actual Governo da República e do seu Ministro da Defesa ainda nada se viu, para além de palavras e de decisões que são de concentração e de redução de meios.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

A Estação Rádio Naval da Horta iniciou o seu funcionamento em 30 de Junho de 1928, tendo sido alargada e remodelada em 1937 e depois, em mais larga escala, nos anos 50 e 60. Do ponto de vista do seu enquadramento nas comunicações militares navais teve, por muito tempo, o 1º papel no contexto dos Açores, diminuiu de importância e efectivo em finais dos anos 60 e nos anos 70, recuperou a sua importância e alargou de efectivos nos anos 80 e consolidou-se como Rádio Naval de primeira importância nos anos 90.

É curioso registar, recorrendo aos anuais do Município da Horta, de Marcelino Lima, que no início de 1925 sabendo a Câmara Municipal da Horta que o Ministério da Marinha pretendia instalar uma estação rádio de grande potência nos Açores, provavelmente no Faial, decidiu adquirir o terreno e entregá-lo ao Governo para esse efeito.

Foi a oferta aceite pelo Governo em Novembro de 1925, para ser celebrada uma escritura em 7 de Abril de 1927 onde se estabeleceram todas as condições dessa cedência e respectiva instalação. Assinaram essa escritura, a representar o Ministério da Marinha, o capitão do Porto da Horta, Capitão de Fragata José Pacheco da Costa Salema e pela Câmara da Horta, o seu Presidente Fernando da Costa.

É curioso registar a compreensão que a Câmara da altura demonstrou ter sobre a importância da instalação de uma unidade técnico-militar daquela natureza.

Espero sinceramente que a Câmara Municipal da Horta de hoje, bem como as entidades representativas da hoje existente Região Autónoma dos Açores, saibam e queiram, não existindo razões sérias de natureza técnica, defender a permanência na Horta da Estação Rádio Naval da Horta dos Açores.

Pela parte que me toca, bem como ao meu Grupo Parlamentar, continuaremos a desenvolver todos os esforços nesse sentido.

Espero, sinceramente, que ainda seja possível evitar mais este mau serviço que o Governo da República do PSD e do PP quer prestar a esta ilha do Faial.

Disse.